

NOTA DE ENVIO

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: **Ficha de análise das propostas de alteração relativas à pertença à União**
Projecto de artigos do Título X da Parte I (artigos 43.º a 46.º)

Envia-se em anexo, à atenção dos membros da Convenção, a ficha de análise das propostas de alteração aos projecto de artigos do Título X da Parte I da Constituição (artigos 43.º a 46.º) sobre a pertença à União.

FICHA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO
RELATIVAS À PERTENÇA À UNIÃO
PROJECTO DE ARTIGOS 43.º A 46.º

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES (SÍNTESE)

O Secretariado recebeu 90 propostas de alteração sobre os projectos de artigos do Título X da Parte I (artigos 43.º a 46 da Constituição). Os temas mais focados em relação a estes quatro artigos podem resumir-se do seguinte modo:

1. Artigo 43.º: A primeira questão estrutural é o pedido de diversos membros da Convenção para que este artigo seja suprimido no presente Título, dado que, em seu entender, o primeiro período se limita a repetir o projecto do n.º 3 do artigo 1.º e que o último período exprime uma evidência, sendo portanto desnecessário (diversos outros constitucionais apoiam esta última sugestão). Quanto ao fundo, há uma tendência expressa em diversas propostas de alteração para se voltar ou para se fazer uma aproximação à redacção do n.º 1 do artigo 49.º, que é o primeiro período do actual artigo 49.º do TUE. Neste espírito, foi também proposto que se considerasse suficiente, como condição de pertença, o facto de o país candidato respeitar ele próprio os valores da União (enquanto que o projecto do Praesidium inclui não só essa condição, mas também a de que a população do país candidato deverá igualmente respeitar os valores da União). Existem todavia alterações que pretendem tornar mais severas, em relação à proposta do Praesidium, as condições de pertença à União.

2. Artigo 44.º: este projecto de artigo suscitou relativamente poucas propostas de alteração, que são no entanto bastante diversificadas.

3. Artigo 45.º: este projecto de artigo também originou um número limitado de propostas de alterações, de um modo geral pouco homogéneas. Um tema citado diversas vezes é o pedido de reforço da posição do Parlamento Europeu no procedimento de sanção, alargando designadamente o seu direito de iniciativa ou as suas prerrogativas de parecer favorável. Por outro lado, alguns membros solicitam que se volte ao texto integral do Tratado de Nice, incluindo a possibilidade de um relatório de peritos assim como a fórmula para o cálculo da maioria qualificada neste artigo

(este último aspecto está relacionado com a questão do sistema de votação por maioria qualificada, ainda a debater pela Convenção).

4. A maior parte das propostas de alteração diz respeito ao artigo 46.º sobre a saída voluntária da União.

A principal questão é de saber se convém manter este artigo ou suprimi-lo, como aliás sugerem alguns membros da Convenção.

Grande parte das outras propostas de alteração apresentadas, aceitando embora a existência do artigo, vão no sentido de limitar, em relação à proposta do Praesidium, a possibilidade de uma saída voluntária e/ou de agravar as consequências dessa saída. Eis alguns exemplos:

- restringir o direito de saída a situações excepcionais (nomeadamente, por ocasião de um reforma da Constituição),
- prever que essa saída não poderá produzir efeitos automaticamente, mas apenas quando for efectivamente concluído um acordo entre a União e o Estado que pretende sair,
- alguns associam a esta última condição, a regra da votação por unanimidade no Conselho, quando for analisado o pedido de saída ou a conclusão do acordo, proporcionando assim a qualquer Estado-Membro *de facto* um direito de veto contra a saída,
- aditar uma disposição sobre a responsabilidade jurídica do Estado que sai em relação à União,
- ou prever um "período de espera" durante o qual o Estado que tiver saído não poderá voltar a pedir a sua adesão à União.

Em contrapartida, há algumas alterações que procuram tornar mais fácil a saída, nomeadamente reduzindo para um ano o período após o qual o direito de saída se torna efectivo, caso não exista acordo.

Por último, é de assinalar que alguns membros da Convenção propuseram ¹ que se inserisse no Título X um artigo suplementar que criaria o estatuto de "membro associado" da União, aberto aos Estados europeus que não fossem Estados-Membros ou que tivessem deixado de o ser.

¹ Alteração n.º 23 ao artigo 46.º (*Duff + 20 Convencionais*).

II. ANÁLISE PORMENORIZADA DAS ALTERAÇÕES POR ARTIGO

Artigo 43.º: Critérios de elegibilidade para a adesão à União

A União está aberta a todos os Estados europeus cujos povos comunguem dos valores referidos no artigo 2.º, e que os respeitem e se comprometam a promovê-los em comum. A adesão à União implica a aceitação da sua Constituição.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Supressão de todo o artigo (visto que o primeiro período é uma duplicação do n.º 3 do artigo 1.º e que o último período exprime uma evidência)
Meyer (alt. 7), Farnleitner + 3 (alt.9), Duff + 21 (alt. 16), Lopes + Lobo Antunes (alt. 20)
- Supressão do último período
Santer + 4 (alt. 6), Demiralp (alt. 10), Fischer (alt. 21), Hjelm-Wallen + 3 (alt. 23), Fini (alt. 25), Oleksy (alt. 26), de Vries + de Bruijn (alt. 27), Kaufmann (alt. 29)
- Sugestão no sentido de se voltar à redacção do actual n.º 1 do artigo 49.º do TUE
Fischer (alt. 21), Queiró (alt. 14), Hjelm-Wallen + 3 (alt. 23), Teufel (alt. 30)
- Suprimir a expressão "A União está aberta" (a fim de não dar a impressão que um Estado tem o direito de aderir, desde que preencha as condições de adesão)
Wuermeling (alt. 4), Azevedo + Pereira (alt. 18), Fini (alt. 25), Teufel (alt. 30)
- Modificar o primeiro período de modo a prever que são (unicamente) os Estados candidatos (e não os seus povos também) que devem comungar dos valores da União ou respeitá-los.
Heathcoat-Amory (alt. 3), Berger + 2 (alt. 8), Timmermans + 3 (alt. 13), Queiró (alt. 14), Brok + 34 (alt. 15), Roche (alt. 17), Fischer (alt. 21), Svensson (alt. 22), Hjelm-Wallen + 3 (alt. 23), Hain (alt. 24), de Vries + de Bruijn (alt. 27), Bonde + Heathcoat-Amory (alt. 28)
- Acrescentar, como condição suplementar de pertença, partilhar os objectivos da União, tal como definidos no artigo 3.º
Korcok + Migas (alt. 11), Attalides (alt. 19)
- Outra proposta de redacção para as condições de pertença: "todos os Estados europeus que preenchem as condições necessárias e que se comprometam a cumprir todos os requisitos exigidos aos Estados-Membros pela presente Constituição"
de Vries + de Bruijn (alt. 27)
- Especificar que o território do Estado candidato deve situar-se pelo menos parcialmente na Europa
Conde de Stockton (alt. 12)
- A adesão implica a aceitação da Constituição e do acervo da União.
Vastagh (alt. 2)
- A adesão implica a aceitação da Constituição, segundo as modalidades da adesão

(nomeadamente a possibilidade de um Estado aderente negociar uma cláusula de auto-exclusão ("opt-out"))

Heathcoat-Amory (alt. 3), Bonde + Heathcoat-Amory (alt. 28)

- Prever que a adesão seja confirmada por referendo no Estado candidato
Kirkhope (alt. 1)
- Substituir o termo "Constituição" por "Tratado simplificador", e "União" por "Comunidade"
Kirkhope (alt. 1) (T. Kirkhope propôs a mesma alteração para todos os artigos do Título X)

Artigo 44.º: Processo de adesão à União

Qualquer Estado europeu que deseje tornar-se membro da União pode dirigir ao Conselho um pedido nesse sentido. O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais são informados desse pedido. O Conselho pronuncia-se por unanimidade, após ter consultado a Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu, que se pronunciará por maioria absoluta dos deputados que o compõem. As condições e as modalidades de admissão serão acordadas entre os Estados-Membros e o Estado candidato. Esse acordo será submetido à ratificação de todos os Estados contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

- Prever uma decisão do Conselho por unanimidade, após parecer favorável do Parlamento Europeu, (maioria absoluta dos deputados que o compõem) para a abertura de negociações; segundo outra alteração, essa decisão deveria igualmente ser ratificada por todos os Estados Contratantes
Lamassoure (alt. 2), Wuermeling (alt. 3)
- Suprimir a informação dos parlamentos nacionais
Berger + 6 (alt. 4)
- Acrescentar a informação da Comissão
van der Linden + 3 (alt. 6)
- Prever a maioria normal (ou seja, a maioria simples) para o parecer favorável do Parlamento Europeu
Berger + 6 (alt. 4)
- Prever a "maioria qualificada" para o parecer favorável do Parlamento Europeu
Kirkhope + Stockton (alt. 1)
- Submeter a parecer favorável do Parlamento Europeu não apenas o pedido de adesão, mas também o acordo de adesão. Vão no mesmo sentido as alterações que propõem que a adesão seja efectuada por acordo entre a União e o Estado candidato, prevendo embora a ratificação desse acordo pelos Estados-Membros.
Fini (alt. 9), Berger + 6 (alt. 4), Avgerinos + 2 (alt. 7).
- Prever que as necessárias adaptações da Constituição e do direito da União sejam também contempladas no acordo de adesão
Farnleitner + 3 (alt. 5) , Lopes + Lobo Antunes (alt. 8)
- Prever que a adesão seja ratificada por referendo em todos os Estados Contratantes cuja Constituição o permitir
Kirkhope + Stockton (alt. 1)
- Alterações de carácter linguístico
van der Linden + 3 (alt. 6)

Artigo 45.º: Suspensão dos direitos de pertença à União

1. *Sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu ou da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria de quatro quintos dos seus membros, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de um risco manifesto de violação grave de algum dos valores enunciados no artigo 2.º por parte de um Estado-Membro. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e, deliberando segundo o mesmo processo, pode dirigir-lhe recomendações.*

O Conselho verificará regularmente se continuam válidos os motivos que conduziram a essa constatação.

2. *O Conselho Europeu¹, deliberando por unanimidade, sob proposta de um terço dos Estados-Membros ou da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, de algum dos valores enunciados no artigo 2.º, após ter convidado esse Estado-Membro a apresentar as suas observações sobre a questão.*
3. *Se tiver sido verificada a existência da violação a que se refere o n.º 2, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir suspender alguns dos direitos decorrentes da aplicação da Constituição ao Estado-Membro em causa, incluindo o direito de voto desse Estado-Membro no Conselho. Ao fazê-lo, o Conselho terá em conta as eventuais consequências dessa suspensão sobre os direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas.*

O Estado-Membro em questão continuará, de qualquer modo, vinculado às obrigações que lhe incumbem por força da Constituição.

4. *O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode posteriormente decidir alterar ou revogar as medidas tomadas ao abrigo do n.º 3, se se alterar a situação que motivou a imposição dessas medidas.*
5. *Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera sem tomar em consideração os votos do Estado-Membro em questão. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a aprovação das decisões a que se refere o n.º 2.*

O presente número é igualmente aplicável em caso de suspensão do direito de voto nos termos do n.º 3.

6. *Para efeitos dos n.ºs 1 e 2, o Parlamento Europeu delibera por maioria de dois terços dos votos expressos que represente a maioria dos deputados que o compõem.*

¹ Em função dos artigos da Parte "Instituições" relativos ao Conselho Europeu.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Na generalidade

- Supressão do artigo
Skaarup (alt. 4)
- Substituir a noção de "valores" pela noção de "princípios"
Lopes + Lobo Antunes (alt. 13)
- Juntar a noção de "princípios" à noção de "valores"
Santer + 4 (alt. 7),
- Prever que o Conselho deverá rever, pelo menos semestralmente, as decisões que tenha tomado ao abrigo deste artigo
Kohout (alt. 14)
- Aditar um número sobre as sanções contra uma instituição da União
Heathcoat-Amory (alt. 5), Heathcoat-Amory + Bonde (alt. 17)
- Alterações de carácter redaccional
Muscardini (alt. 6)

N.º 1.

- Suprimir o direito de iniciativa da Comissão
Kirkhope + Stockton (alt. 1)
- O Conselho deverá decidir por unanimidade
Muscardini (alt. 6)
- Prever que as recomendações possam ser dirigidas *após* a constatação
Kaufmann (alt. 18)
- Prever que o Estado em causa tenha o direito de intentar uma acção junto do Tribunal de Justiça
Vastagh (alt. 2)
- Prever a possibilidade de um relatório de personalidades independentes
Farnleitner + 3 (alt. 10), Lopes + Lobo Antunes (alt. 13)

N.º 2.

- Criar neste número um direito de iniciativa do Parlamento Europeu
Borrell + 2 (alt. 3), Berger + 9 (alt. 8), Kaufmann (alt. 18)
- Prever que a proposta seja "fundamentada" (como no n.º 1)
Avgerinos + 2 (alt. 11)
- O Conselho deverá decidir por maioria de quatro quintos dos seus membros
Berger + 9 (alt. 8)

N.º 3.

- O Conselho deverá decidir por unanimidade
Muscardini (alt. 6)
- Submeter as sanções ao parecer favorável do Parlamento Europeu
Borrell + 2 (alt. 3), Kaufmann (alt. 18)
- Possibilidade de suspensão *total ou* parcial dos direitos ...
de Vries + de Bruijn (alt. 16)
- Suspensão unicamente do *exercício* de certos direitos
Vastagh (alt. 2)
- Prever que as obrigações do Estado em causa deixarão de ser vinculativas, caso este seja sancionado
Kirkhope + Stockton (alt. 1)

N.º 4.

- Submeter a modificação ou o levantamento das sanções ao parecer favorável do Parlamento Europeu
Borrell + 2 (alt. 3)

N.º 5.

- Retomar o texto do artigo 7.º do TUE sobre o cálculo da maioria qualificada
Santer + 4 (alt. 7), Hübner (alt. 15), de Vries + de Bruijn (alt. 16)
- Prever o direito de um Estado-Membro recorrer ao Conselho, segundo um procedimento adequado
Muscardini (alt. 6)

N.º 6.

- Prever a maioria absoluta dos deputados unicamente para as votações do Parlamento Europeu
Berger + 9 (alt. 8)

Artigo 46.º: Saída voluntária da União

1. *Qualquer Estado-Membro, de acordo com as respectivas normas constitucionais internas, pode decidir sair da União Europeia.*
2. *Qualquer Estado-Membro que decida sair da União notificará a sua intenção ao Conselho. Logo após essa notificação, a União negociará e celebrará com esse Estado um acordo para reger as modalidades da sua saída da União, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com esta. Esse acordo será celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após parecer favorável do Parlamento Europeu.*

O Estado que pretenda sair da União não participa nem nas deliberações, nem nas decisões do Conselho que lhe digam respeito.

3. *A presente Constituição deixa de ser aplicável ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Na generalidade

- Supressão do artigo
Voggenhuber + 3 (alt. 2), Santer + 2 (alt. 10), Meyer (alt. 11), Farnleitner + Tusek (alt. 15), Brok + 21 (alt. 21), Avgerinos + 2 (alt. 22), Lopes + Lobo Antunes (alt. 26), Fischer (alt. 27) Van Lancker (alt. 29), de Vries + de Bruijn (alt. 33)
- Não consagrar um direito unilateral de saída, mas apenas o direito (negociável) de pedir para sair (isto implica, segundo a maior parte das alterações, que a saída só terá efeito quando tiver sido celebrado o acordo de saída. Ver também a este respeito as alterações *seguidamente* indicadas, no segundo travessão do n.º 3
Lamassoure (alt. 5), Haenel (alt. 7), Kaufmann (alt. 36), de Villepin (alt. 37)
- Limitar o direito de saída ao caso em que o Estado que pretenda sair não tenha aprovado uma modificação da Constituição (ou então, segundo outra alteração, quando não aprovar uma modificação da composição da União)
Lamassoure (alt. 5), de Villepin (alt. 37)
- Prever um "período de espera" para o novo pedido de adesão de um Estado que tenha saído da União (são indicados períodos de 5 ou de 20 anos, a contar da data de saída desse Estado)
Vastagh (alt. 3), Lamassoure (alt. 5)
- Todos os procedimentos que regulamentem o direito de saída deverão ser definidos pelo Conselho, após parecer favorável do Parlamento Europeu, e não pela própria Constituição
Migas (alt. 17)

- Proposta no sentido de se criar também o direito de um Estado-Membro suspender o seu estatuto de membro da União por um período limitado
Muscardini (alt. 9)
- Especificar que a saída não prejudicará eventuais acordos bilaterais entre o Estado que pretende sair e outros Estados-Membros
Stockton (alt. 18)
- Alterações de carácter redaccional
Borrell + 2 (alt. 4), Einem (alt. 12), Kaufmann (alt. 36)
- Proposta de um novo artigo 46.º-A, que cria o estatuto de "membro associado" da União
Duff + 20 Convencionais (alt. 23)

N.º 1.

(Cf. também seguidamente as alterações que propõem limitar os casos em que possa ser invocado o direito de saída, ver supra)

- Precisar que o direito de sair existe em conformidade com o direito internacional
Tiilikainen + 2 (alt. 20), Kiljunen + Vanhanen (alt. 28)
- Suprimir "de acordo com as respectivas normas constitucionais internas"
Duhamel + Paciotti (alt. 8)

N.º 2.

- O Conselho Europeu analisará por unanimidade o pedido de saída, (mas a celebração do acordo de saída será seguidamente efectuada por maioria qualificada))
de Villepin (alt. 37)
- A celebração do acordo de saída exige a unanimidade no Conselho
Demiralp (alt.16), Tiilikainen + 2 (alt. 20), Roche (alt.24), Kiljunen + Vanhanen (alt. 28)
- A consulta ao Parlamento Europeu será suficiente para a celebração do acordo de saída
Queiro (alt. 19)
- Inserção de uma cláusula relativa às consequências jurídicas para os Estados-Membros, caso não exista acordo de saída, ou aos direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas (algumas alterações pretendem atribuir responsabilidades ao Estado que sai pelos prejuízos causados à União)
Badinter (alt. 13), Azevedo + Pereira (alt. 25), Lekberg + Lennmarker (alt. 34)
- O acordo de saída deverá ser celebrado pelos Estados-Membros e não pela União
Lekberg + Lennmarker (alt. 34)
- O Estado-Membro que sai e a União (ou a Comunidade, segundo a terminologia da alteração) procurarão manter os laços comerciais existentes entre eles
Kirkhope + Stockton (alt. 1)

- O Estado que sai não participará nos trabalhos do Conselho relativos à sua saída, mas continuará a participar em todos os outros
Heathcoat-Amory (alt. 6), Queiro (alt. 19), Fini (alt. 32), Heathcoat-Amory + Bonde (alt. 35)
- O Estado que sai não participará em nenhuns dos trabalhos do Conselho após a notificação.
Kaufmann (alt. 36)
- O Estado que sai não participará nos trabalhos do Conselho relativos a actos legislativos que entrem em vigor 2 anos após a saída
Kirkhope + Stockton (alt. 1)

N.º 3.

- A saída não poderá ser efectiva sem o acordo de saída
Haenel (alt. 7), Tiilikainen + 2 (alt. 20), Kaufmann (alt. 36), de Villepin (alt. 37)
- Entrada em vigor da saída já um *ano* após a notificação
Vastagh (alt. 3), Heathcoat-Amory (alt. 6), Heathcoat-Amory + Bonde (alt. 35)
- Se não houver acordo, o Tribunal de Justiça decidirá sobre o diferendo entre a União e o Estado que sai, sendo também competente para conhecer da interpretação e execução de um acordo de saída
Badinter (alt. 13)

Propostas de aditamento de um artigo 46.º-A:

- Proposta de um novo artigo 46.º-A sobre o estatuto de "Estado-Membro associado"
Duff + 20 Convencionais (alt. artigo 46.º-A –1)

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 43.º

1. *KIRKHOPE*
2. *VASTAGH*
3. *WUERMELING*
4. MUSCARDINI
5. SANTER + 4 CONVENCIONAIS
6. MEYER
7. BERGER + 2 CONVENCIONAIS
8. FARNLEITNER + 3 CONVENCIONAIS
9. DEMIRALP
10. KORCOK + MIGAS
11. THE EARL OF STOCKTON
12. TIMMERMANS + 3 CONVENCIONAIS
13. QUEIRO
14. BROK+ 34 CONVENCIONAIS
15. DUFF+21 CONVENCIONAIS
16. ROCHE
17. AZEVEDO + NAZARE PEREIRA
18. ATTALIDES
19. LOPES + LOBO ANTUNES
20. FISCHER
21. SVENSSON
22. HJELM-WALLÉN + 3 CONVENCIONAIS
23. HAIN
24. FINI
25. OLESKY

26. DE VRIES + DE BRUIJN

27. HEATHCOAT-AMORY + BONDE

28. KAUFMANN

29. TEUFEL

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 44.º

1. KIRKHOPE
2. LAMASSOURE
3. WUERMELING
4. BERGER +6 CONVENCIONAIS
5. FARNLEITNER + 3 CONVENCIONAIS
6. VAN DER LINDEN + 3 CONVENCIONAIS
7. AVGERINOS +2 CONVENCIONAIS
8. LOPES + LOBO ANTUNES
9. FINI
10. KAUFMANN

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 45.º

1. KIRKHOPE
2. VASTAGH
3. BORRELL
4. SKAARUP
5. HEATHCOAT-AMORY + BONDE
6. MUSCARDINI
7. SANTER + 4 CONVENCIONAIS
8. BERGER +9 CONVENCIONAIS
9. FARNLEITNER + 3 CONVENCIONAIS
10. AVGERINOS +2 CONVENCIONAIS
11. ROCHE
12. LOPES + LOBO ANTUNES
13. KOHOUT
14. HÜBNER
15. DE VRIES + DE BRIJN
16. KAUFMANN

LISTA DE ALTERAÇÕES AO ARTIGO 46.º

1. KIRKHOPE
2. VOGENHUBER + 3 CONVENCIONAIS
3. VASTAGH
4. BORRELL
5. LAMASSOURE
6. HEATHCOAT-AMORY + BONDE
7. DUHAMEL + PACIOTTI
8. MUSCARDINI
9. SANTER + 2 CONVENCIONAIS
10. MEYER
11. EINEM
12. BADINTER
13. HAENEL
14. FARNLEITNER + TUSEK
15. DEMIRALP
16. MIGAS
17. THE EARL OF STOCKTON
18. QUEIRO
19. TIILIKAINEN + 2 CONVENCIONAIS
20. BROK + 21 CONVENCIONAIS
21. AVGERINOS +2 CONVENCIONAIS
22. DUFF + 20 CONVENCIONAIS
23. ROCHE
24. AZEVEDO + NAZARE PEREIRA
25. LOPES + LOBO ANTUNES

- 26. FISCHER
- 27. KILJUNEN + VANHANEN
- 28. VAN LANCKER
- 29. HAIN
- 30. HÜBNER
- 31. FINI
- 32. DE VRIES + DE BRIJN
- 33. LEKBERG + LENNMARKER
- 34. KAUFMANN
- 35. DE VILLEPIN